

Seminário: A Pesquisa e o Processo de Construção das Leis de Educação Nacional. INEP/FLACSO. Brasília, 26 a 28 jul. 1991.

1. Objetivos

Uma das expressões da reorganização recente político-pedagógica da América Latina, que procura superar o autoritarismo vigente em muitos países desta região, tem sido a elaboração de leis da educação.

Como estas leis "foram apoiadas pela pesquisa educacional?

Com o público e o privado vêm se relacionando dentro das esferas municipal, estadual e federal, nos assuntos educativos e escolares?

Qual tem sido a participação da sociedade civil na elaboração das leis e como as organizações populares vêm atuando no planejamento e no controle dos sistemas educacionais?

Como o projeto pedagógico e a própria concepção de currículo e conhecimento vêm sendo apropriados e elaborados pelas recentes leis de educação nacional?

Estas foram algumas das questões que serviram: de eixo para a organização do seminário, que objetivou constituir-se como um fórum de discussões em que instituições e pesquisadores latino-americanos refletissem sobre a recente experiência de construção de parâmetros legais para a educação.

Dentro da diversidade constituinte da América Latina, nesta modernidade plena de contradições, participa-

ram do seminário com o conferencistas, além dos brasileiros, os pesquisadores procedentes da Argentina, do Chile e do México.

A participação no seminário foi facultada e facilitada aos coordenadores de programas de pós-graduação em Educação do Brasil, representantes das associações científicas de educação e ciências sociais e de educadores da América Latina e Caribe - ANPEd, ANPCCS, AELAC -, técnicos do INEP e do CNPq e professores e alunos da FLACSO-Brasil.

2. Temas recorrentes

2.1. As Relações entre o Estado e a Igreja

Luiz Antonio Cunha fez o longo caminho em que o público, e especificamente a escola pública, ficou garroteado pelo privado.

Partindo da identificação entre a Igreja Católica e o Império, Cunha apontou para a ruptura feita pela Constituição Republicana de 1891, que determinou a laicidade do ensino e impossibilitou que as associações religiosas recebessem as verbas públicas para o ensino privado.

A história dos recuos e avanços foi acompanhada por Cunha num roteiro que se estende até os nossos dias, passando pelas escolas comunitárias. Ao concluir, adverte o autor para três obstáculos ideológicos que precisam ser enfrentados quando o objeto de estudo se refere às relações entre o público e o privado:

. "o privatismo enquanto política governamental que parece aumentar sua força à medida que ganha terreno o neo-liberalismo";

. "o confessionalismo tão entranhado na legislação quanto na consciência social, fonte de fortes limitações pedagógicas e de discriminações culturais contra grandes setores da população do país";

. o populismo, ideologia que sobreviveu à ditadura militar e voltou com mais força ainda, e que acarreta para a educação escolar das massas o resultado trágico de mais deteriorá-la quanto mais trata de promovê-la.

2.2. Centralização e descentralização

O Chile foi representado pelo deputado Carlos Smok e pelo professor Cristian Cox. O primeiro partiu da análise dos orçamentos nacionais para a educação escolar, apontando as graves perdas do setor (de 4,2% de PGB em 1970 para 2,7% em 1988) no período ditatorial, quando as discussões foram amordaçadas e as determinações impostas até o último dia daquele governo.

Para demonstrar o atual esforço, no sentido de recuperar a educação, Smok relatou as novas frentes com que oficialmente é buscada a solução dos problemas educacionais. São elas:

- . Reconstrução de um sistema nacional de educação;
- . Atenção aos pré-escolares;
- . Educação básica e média;
- . Educação para o trabalho;
- . Educação de adultos;
- . Aperfeiçoamento e dignificação da função docente;

. Política cultural;

. Política e desenvolvimento científico-tecnológico.

O parlamentar sublinhou, ainda, que as demandas sociais foram canalizadas e escutadas pela Assembléia Legislativa, que para isto reservou espaços de audiências.

O professor Cristian Cox discorreu sobre as políticas educacionais do novo governo, como um dos colaboradores no processo de formulação e planejamento desse setor, destacando como eixo central das reformulações escolares o Projeto de Qualidade e Equidade da Educação, que vem recebendo subsídios da ordem de 24 milhões de dólares, dos quais 2/3 são aportados pelo Banco Mundial. Um reforço substancial será dado à produção do material escolar.

O sistema de distribuição de recursos é competitivo, assumindo-se que ao tensionar internamente as escolas, ganha-se em eficiência. A participação do Ministério da Educação foi definida como sendo essencialmente de incentivo às iniciativas locais, apoio técnico-financeiro e avaliação.

Os recursos públicos podem ser pleiteados por instituições privadas, desde que sua utilização exclua o pagamento de salários.

Em relação ao ensino médio ainda não foi fixada uma política, sendo desenvolvidas pesquisas para subsidiar futuras modificações.

No sistema de ensino superior foi designada uma comissão de acadêmicos que se responsabilizou pela elaboração de uma proposta técnica.

Um sistema de avaliação vem assumindo posição central na reorganização das instituições universitárias

que tiveram o seu número multiplicado, passando de oito universidades para 60, no decurso da última década.

Mediante essa avaliação são distribuídos recursos orçamentários, seguindo-se "uma metáfora da jardinagem", em que as plantas mais viçosas recebem os maiores reforços.

Enfim, foram enfatizadas as relações entre especialistas, pesquisadores e aqueles que indicam as políticas como uma busca de linguagem e conduta técnica para tratar os problemas.

2.3. Modernidade, privatização e tecnologia

Estes temas, ainda que referidos em quase todas as conferências - posto que estão implicados pelo primeiro tópico -, foram trazidos também pela pesquisadora do México, Lorenza Lever.

Depois de sinalizar alguns momentos da educação mexicana, Lever estuda as três últimas reformas.

Na primeira, realizada sob a direção de Adolfo Mateos (1958-1964), que criou os livros-texto gratuitos, "foi definida pelo fortalecimento da unidade nacional".

Na segunda, comandada por Luis Echeverría Alvarez (1970-1976), que buscou responder à crise do nacionalismo, manifesta em movimentos sociais e na guerrilha, o currículo passou a enfatizar a história mundial ao invés dos heróis nacionais.

O momento atual, presidido por Carlos Salinas (1989-1994), vem sendo marcado por um programa de modernização educativa cujo eixo central

é, coincidentemente com o Chile, o da prioridade à qualidade da educação.

2.4. Construção das leis e participação social: o Legislativo e o Executivo e os movimentos sociais organizados.

Este embate entre os canais oficiais de formulação legal e as organizações foram tematizados enfaticamente pelas professoras Igenes Agueriondo, Terezinha Fróes Burnham e Ivany Pino.

A primeira descreveu o Congresso Pedagógico Argentino (1984-1988), responsabilizando pela participação deficitária da sociedade não só a tradição de supervalorizar o Estado mas, também, a ausência de um debate nacional sobre o tema, a inexistência de um "campo" científico sobre a educação e, ainda, a forma tecnocrática que a política vem assumindo - com shows na televisão e propagandas sofisticadas - que acabam por afastar a sociedade da participação.

Ivany Pino elaborou um roteiro extensivo sobre a constituição do Fórum de Educação e das lutas por ele veiculadas em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Terezinha Fróes discutiu o problemático "projeto pedagógico" e os conteúdos mínimos expressos na segunda versão do substitutivo do deputado Jorge Hage, sublinhando a diversidade conceitual que está latente no texto bem como a limitação de princípios e perspectivas epistemológicas.

3. Temas singulares

Nesta categoria foram apresentados os temas enraizados nas diferenças historicamente construídas em que os processos sociais ganham especificidades. Assim, os temas recorrentes quando espelhados pelos movimentos datados e localizados de cada sociedade seriam considerados "singulares".

É possível que os conferencistas que melhor se respaldaram na dinâmica social, política e econômica tenham oferecidos *flashes* mais próximos das singularidades. Portanto, não apontamos temas singulares, pois eles decorrem da modalidade com que os temas recorrentes são tratados.

4. Temas silenciados

Constituíram os temas reivindicados pelo debate.

Diferentes participantes questionaram as funções das forças sociais, na formulação de leis educacionais, apontando para a necessidade de se discutir a emergência dos movimen-

tos sociais em organização em nossa sociedade.

Foram levantadas as questões: Como as metodologias - comprometidas com a emancipação e o fortalecimento de sujeitos coletivos e singulares - se articulam aos novos temas de pesquisa que estão conectados às novas definições legais?

Como a complexa estrutura econômica dos países estudados da América Latina vem interferindo na problemática escolar?

5. Encerramento dos trabalhos e previsões de continuidade

No debate para a busca de definição de ações que sustentassem os processos de cooperação em pesquisa educacional na América Latina, dentre as várias sugestões, a que ganhou maior consensualidade apontou para a urgência da publicação de uma revista latino-americana sobre pesquisa educacional.

Encerraram o Seminário os pronunciamentos dos diretores da FLACSO-Brasil e do INEP, professores Airton José da Fonseca Fausto e João Ferreira, respectivamente.